



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

**DIVERSIDADE E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: TRABALHANDO COM O
LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GUARABIRA/PB

2020

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

**DIVERSIDADE E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: TRABALHANDO COM O
LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito Institucional à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente.

Orientadora: Profa. Ms. Sheila Gomes de Melo

GUARABIRA/PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837d Costa, Lucineide Clementino da.

Diversidade e identidade étnico-racial[manuscrito]
: trabalhando com o lúdico na educação
infantil / Lucineide Clementino da Costa. - 2020.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Humanidades , 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Departamento de Educação - CH."

1. Educação Infantil. 2. Diversidade. 3.
Ludicidade. 4. Lei 1639/2003. I. Título

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

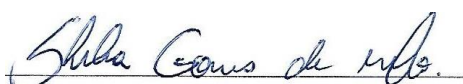
**DIVERSIDADE E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: TRABALHANDO COM O
LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito Institucional à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

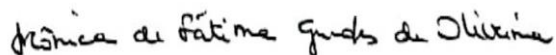
Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente

Aprovado em: 11/11/2020.

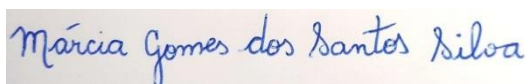
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ms^a. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Ms^a. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Ms^a. Márcia Gomes dos Santos Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que Ele tem permitido acontecer na minha vida, creio que tudo é permissão Dele e fruto do nosso esforço.

Ao meu pai (*in memoriam*), por todo o ensinamento que me deu enquanto estive com vida.

À minha mãe, por sempre acreditar que estudar seria a melhor opção para que seus filhos tivessem um futuro digno e uma vida menos sofrida do que a dela. Apesar de ser analfabeta, sempre nos obrigou a ir à escola e a respeitar os professores. A ela o meu muito obrigada.

Ao meu esposo, por sempre estar comigo e me apoiar nas horas fáceis e difíceis e por me ajudar em tudo o que preciso.

Aos meus filhos, que são as coisas mais importantes da minha vida. Por me darem forças de continuar lutando para tentar ser uma pessoa cada vez melhor e alcançar meus objetivos.

À minha querida orientadora, pela paciência, compreensão e ajuda durante todo o desenvolvimento do trabalho.

À banca examinadora por aceitar o convite.

A todos os meus professores do decorrer da minha jornada escolar e acadêmica por terem contribuído para a minha formação. O meu muito obrigada.

Aos meus familiares pelo apoio e ajuda nas horas que precisei.

Aos meus amigos e colegas de turma, pelo companheirismo.

A todos que fazem parte da minha história de vida, eu agradeço de coração. Meu muito obrigada.

Ao meu esposo, pela dedicação, companheirismo e amizade, à minha mãe por sempre está presente em todos os momentos de minha vida, aos meus filhos por terem sido uma fonte de amor e resignação, ao meu pai (*in memoriam*) pelos ensinamentos que foram passados a mim e a todos àqueles que lutaram em prol da diversidade étnica e, em especial, aos que contribuíram para que este trabalho se realizasse. DEDICO.

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita (FREIRE, 1997. p. 29)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. IDENTIDADE, DIVERSIDADE E A LEI 10.639/03.....	13
3. LUDICIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	18
4. METODOLOGIA.....	21
4.1. Caracterização dos sujeitos.....	22
4.2. Instrumentos de pesquisa.....	22
4.3. Análise e discussão dos dados.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	33

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o espaço da Ludicidade no ensino e aprendizagem das temáticas étnico-raciais na educação infantil. Nessa perspectiva, a diversidade étnico-racial é construída desde a primeira infância. Para tanto, é necessária a aplicabilidade da Lei 10.639/2003(BRASIL, 2003), que estabeleceu a adoção de políticas e táticas educacionais e pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de sobrepujar a desigualdade étnico-racial vigente na educação brasileira. Buscou-se referências teóricas em vários autores/as, mas destacamos: MUNANGA (1999); LOPES (2001); ROCHA (2008). A metodologia deste trabalho teve um caráter qualitativo e, também é um estudo de caso. Também utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2008). Os sujeitos da pesquisa foram três professoras que trabalham em creches municipais na cidade de Areia/PB. O instrumento de pesquisa foi um roteiro semiestruturado para realização de entrevistas que ocorreram no mês de Agosto de 2020, por aplicativo de mensagens, em virtude da pandemia do Covid-19. Diante dos dados e após a análise, vislumbra-se a presença de propostas lúdicas nas práticas que envolvem a temática étnico-racial.

Palavras-chave: Ludicidade. Educação Infantil. Diversidade. Lei 1639/2003.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the space of Ludicity in the teaching and learning of ethnic-racial themes in early childhood education. In this perspective, ethnic-racial diversity is built from early childhood. Therefore, it is necessary to apply Law 10.639 / 2003 (BRASIL, 2003), which established the adoption of educational and pedagogical policies and tactics for valuing diversity, in order to overcome the ethnic-racial inequality in force in Brazilian education. Theoretical references were sought in several authors, but we highlight: MUNANGA (1999); LOPES (2001); ROCHA (2008). The methodology of this work had a qualitative character and is also a case study. We also used Bardin's content analysis technique (2008). The research subjects were three teachers who work in municipal daycare centers in the city of Areia/PB. The research instrument was a semi-structured script for conducting interviews that took place in August 2020, by messaging application, due to the Covid-19 pandemic. In view of the data and after the analysis, the presence of playful proposals in practices involving the ethnic-racial theme is seen.

Keywords: Playfulness. Child education. Diversity. Law 1639/2003.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise de conteúdo.....	24
Quadro 2 - Transcrição da 1ª entrevista.....	33
Quadro 3 - Transcrição da 2ª entrevista.....	35
Quadro 4 - Transcrição da 3ª entrevista.....	36

1. INTRODUÇÃO

Discutir diversidade étnico-racial e aspectos lúdicos, desde a Educação Infantil, implica em reconhecer que este nível de ensino permite inserir as crianças dentro do contexto cultural brasileiro. Este tema vem ganhando espaço e uma crescente importância, já que durante muito tempo foi possível perceber que não estavam presentes nos currículos das escolas de ensino infantil.

É preciso fixar-se no papel da escola para a desconstrução do racismo, preconceito e discriminação, nesse âmbito escolar a formação profissional dos educadores se torna um desafio e tais contribuições podem combater as situações conflitantes oriundas pelo racismo e por outras formas análogas de discriminação. Consta-se que o preconceito racial é uma dificuldade que promove a exclusão social, originando divergências o que torna primordial que os profissionais da Educação reverberem acerca da Lei 10.639/2003, para desta forma saber conduzir da melhor forma possível.

Para tanto, a busca de refletir sobre o papel da escola, na desconstrução do preconceito, racismo e discriminação vem do primeiro período do curso de pedagogia. E principalmente questões relacionadas com o lúdico da educação infantil, pois nesta etapa torna-se propício o aprendizado das crianças sobre seus costumes, valores, autoafirmação, cultura e, além disso, é na educação infantil que as crianças são ensinadas a construir conceitos e opiniões, o que influenciará na construção da própria história. Portanto, ao utilizar o lúdico, os professores podem problematizar as diferenças de raças, etnias e características fenotípicas promovendo a diversidade cultural.

A partir do momento que a discussão ganha visibilidade, seja no debate entre educadores(as) e educandos(as), e nos diversos setores da sociedade que se preocupam com os novos rumos da educação no país, torna-se imprescindível a intervenção pedagógica diante das relações sociais no ambiente escolar, principalmente de maneira lúdica. Para Fonseca e Barros (2016, p. 11), “O campo educacional é um segmento que representa bem esta situação, pois, durante um longo período, ignorou as críticas em relação aos condicionamentos produzidos pela discriminação racial”. Mas, percebe-se que algumas instituições têm uma certa dificuldade em delimitar a tarefa pedagógica, o que contribui dentre outros fatores para promover discussões e ações pautadas na educação étnico-racial e sua

formação educacional, como também, no que diz respeito à inclusão do ensino da cultura afro e afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

Abordar o tema identidade étnico-racial na perspectiva da Educação Infantil através do lúdico é um grande desafio para professoras e professores. O exercício pedagógico é permeado de concepções e práticas tradicionais.

Por isso, a partir da compreensão de que o estudo acerca dessa temática é considerado um fenômeno que carrega significados e valores cabe a/ao docente mobilizar estratégias de ensino para o ensino das relações étnico-raciais. Além disso, é uma forma de assinalar potencialidade contida na ressignificação do papel da sala de aula enquanto espaço democrático, dinâmico e cognitivamente mais expressivo.

A pesquisa teve como objetivo geral: Compreender o espaço da Ludicidade no ensino e aprendizagem das temáticas étnico-raciais na educação infantil. Os objetivos específicos são: Destacar a importância de se trabalhar com o lúdico em um espaço que é a escola; reafirmar a extrema necessidade da garantia da Lei 10.639/03. E por fim, discutir a identidade étnico-racial numa perspectiva da educação infantil através do lúdico.

A partir do momento que as instituições de ensino conjuntamente com seus educadores entenderem que cultura e educação são duas vertentes que devem andar juntas, uma vez que promovem mudanças na sociedade e assim são passadas de geração em geração, serão mais valorizadas, não podendo serem dissociadas, até porque todo o processo de aquisição de conhecimento pressupõe a prática e o acesso às informações. Logo será possível criar e desenvolver nas unidades educacionais uma proposta institucional capaz de contemplar o ensino das diversas culturas e das relações étnico-raciais presentes na sociedade brasileira.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo teórico, o Capítulo II, foi estabelecida a relação entre a Identidade, a Diversidade e a Lei 10.639/03, o segundo capítulo teórico, o Capítulo III, apresenta a importância da Ludicidade na Educação Infantil. Em seguida tem-se as análises, no Capítulo IV, dedicado as questões metodológicas e, logo após as considerações finais.

2. IDENTIDADE, DIVERSIDADE E A LEI 10.639/03

Na sociedade em que vivemos torna-se imprescindível falar de assuntos que geram em torno da temática sobre a Educação Étnico-racial, visto que, questões sobre o racismo, discriminação e preconceito permeiam o nosso cotidiano. Contudo, muitas vezes, temáticas como essas passam despercebidas e são veladas, ou mesmo mascaradas.

É necessário, no entanto, que a diversidade seja vislumbrada nas mais variadas práticas pedagógicas desde a Educação Infantil, sob uma ótica apreciativa de si e do outro. Com isso, diante dessa perspectiva, é de suma importância mencionar que as pessoas não obtêm geneticamente o racismo, esse sobrevém das relações sociais, na mistificação de preconceitos e da mesma forma que o indivíduo aprende a ser racista ele pode transformar esse aprendizado, através de uma educação contínua, construtiva e representativa.

Partindo de uma Educação crítica e consciente, destaca-se a relevância de trabalhar questões que fortaleçam a identidade étnico-racial, pois é no ambiente de aprendizagem escolar que as crianças também constroem sua autoimagem através das experiências infantis. É na fase na educação infantil que as crianças iniciam a descoberta do seu corpo, as divergências e convergências entre os colegas do grupo, constituem com quem interagir e se relacionar na escola, tem suas predileções por brinquedos, e, ainda assim é fundamental que o educador intensifique os trabalhos em sala de aula sobre diversidade, diferença e em excepcional as coadunadas ao pertencimento racial, que se estendam não apenas as crianças, mas as famílias e comunidade (CEERT, 2011).

Posto isso, Trindade (2011) ratifica que a Educação Infantil é o primeiro espaço institucionalizado a que a criança tem ingresso, isso expressa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa de oportunidade de um caminho para instruir-se as regras para essa coexistência elencado na empatia, respeito e coleguismo por si e pelo outro. “Através do uso da linguagem constrói-se várias identidades sociais no discurso e essas identidades afetam os significados que se constrói na sociedade” (LOPES, 2001, p, 326). Ou seja, observamos que, ainda que as Políticas Públicas educacionais possam promover práticas solidárias, mais justas e equânimes em relação às diferentes etnias, é preciso que haja mais fala, mais

avanços significativos em analogia à construção da identidade étnico racial entre os meninos e meninas.

O desempenho de uma criança na educação infantil é significativo para a construção do ser humano, principalmente para a formação do caráter, elaboração da inteligência, a aprendizagem e as trocas de saberes. Os espaços públicos e privados educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para construção de sujeitos contrários a qualquer tipo e/ou forma de preconceito, racismo e discriminação. Permitindo com que as crianças desde muito cedo incorporem de modo consciente, comportamentos e ações que valorizem a história da cultura afro-brasileira e importância dos dessemelhantes grupos étnico-raciais (BRASIL, MEC, 2003).

Todavia, de acordo com Cavalleiro (2003), a pré-escola disponibiliza uma quantidade insignificante de ações afirmativas que levam a compreender a aceitação otimista e valorizada das crianças negras no seu convívio. O que interfere na harmonia e convivência prejudicando o processo de socialização.

Cabe aqui indagar por que o/a professor(a), às vezes, negligência em relação ao problema étnico? Infere-se dizer que calar-se não extingui magicamente as divergências. Porém, permite que cada um desenvolva seu alicerce de sua maneira, uma compreensão do outro que lhe é dessemelhante.

Diante dessa situação, o papel do/da professor(a) na educação infantil é de extrema importância. Cabe à realização de atividades pedagógicas que estimulem e que tenham como escopo ampliar o universo sociocultural das crianças e inseri-las em um cenário no qual o 'educar' e o 'cuidar' não suprimam a diversidade. Concordando com Lopes (2000):

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são [...] (LOPES, 2000, p. 188).

Todavia, é comum a comunidade escolar circundar-se com convenções discriminatórias, separando os diferentes da sociedade, com ofensas verbais e físicas, palavras ultrajantes, hostis e, ainda, em pleno século XXI essas atitudes são costumeiras. O etnocentrismo provocou a partir de clichês designando ao outro

atitudes de extrema infantilidade que, dentro do âmbito educacional, carece ser extinto com certa urgência. Godoy (1999) sintetiza:

Olhar a si é tornar conhecimento do seu processo de identificação e de que a identidade é o produto de múltiplas origens (...). As origens são somente o início de um longo processo de trocas entre outros (...). Olhar a si é então olhar ao ser do outro e perceber este mesmo e particular processo em cada um. Cada um é também o outro múltiplo e cada múltiplo, por sua vez, todos. Quando se percebe isso, ocorre uma abertura para o outro e, conseqüentemente, para si próprio (GODOY, 1999, p. 79).

No entanto, as identidades dos seres humanos nas organizações são produzidas a partir de referências constitutivas das interações sociais e nas interações humanas, pois é fácil trocar ideias, ter concepções e assimilar regras de conduta. É por meio do desenvolvimento e de renovação humana e dessas paridades múltiplas que o homem se torna um ser pensante e que sente lado a lado, isto é, como produto de inúmeras origens. Por fim, cada indivíduo deve ter relações humanizadas e um lugar favorecido de peculiaridades humanas livres, advertidos e responsáveis pelo propósito individual e social (GODOY, 1999). Para Hall (2001):

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em várias direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo constantemente deslocadas (HALL apud HALL 2001. 12-13).

Levando em conta que a diversidade étnico-racial é edificada desde o nascimento, apresentamos as razões da criação de circunstâncias em que o debate da diversidade seja abordado e trabalhado com crianças na Educação Infantil. Isto é, a partir daí é que os sujeitos se dão conta que dentro da constituição identitária possui um processo que é através da mediação entre as relações sociais, ou seja, o sujeito se identifica e constrói suas identidades, através de seus valores e suas culturas.

A sociedade brasileira é caracterizada por culturas multirraciais, sendo estas, produto de um processo histórico ao qual estavam inseridos no país três grupos distintos: portugueses, índios e negros. *A priori*, esse contato permitiu o diálogo dessas culturas, levando a construção de um país totalmente miscigenado,

multifacetado e único marcado pelo antagonismo e pelo processo de aculturação ¹ (GUIMARÃES, 1996).

O campo das políticas educacionais se defronta com uma infinidade de desafios, sendo um deles, a relação da afirmação da identidade negra no Brasil e a multiculturalidade. Ao fazer uma leitura crítica sobre a história brasileira constata-se que a violação dos Direitos Humanos se constituiu como algo inteiramente trivial. As elites políticas e econômicas foram alheias às necessidades da maioria da população. No entanto, alguns debates acerca desse povo marginalizado se tornaram importantes, pois produziram efeitos positivos concernentes às questões afro-brasileiras e indígenas. Entre os desacordos, a polêmica sobre o combate à discriminação racial e o ensino da História da África. Para Munanga (1999):

As políticas de branqueamento nesse período configuraram-se como uma forma de assegurar a modernização do país. Não é por outra razão que o Estado brasileiro, no início do século XX, buscava a mão de obra europeia, cuja imigração ainda era celebrada cotidianamente nos meios de comunicação, especificamente no que se referia às imigrações italiana, alemã, polonesa, entre outras de origem europeia (MUNANGA, 1999, apud FELIPE, 2015, p. 326-327).

Isso mostra que a manutenção da “ordem pública” se deu por muito tempo em meio a processos de caráter coercitivos em relação ao processo de caráter hegemônico. Então fica evidente a negação dos movimentos sociais ligados à diversidade étnico-racial. Mas quando esses movimentos entraram em cena resultou na construção de políticas públicas educacionais específicas, como a Lei nº 10.639/2003 que estabeleceu as Diretrizes e Bases de Educação Nacional, para ter a inclusão no currículo oficial à obrigatoriedade da História da África e cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, “para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição” (BRASIL, 1998, p.41).

¹ Aculturação é o resultado dos contatos, de natureza constante, que implicam geralmente na transmissão de certos elementos da cultura de uma sociedade para a outra, ou seja, se dá pelo contato de duas ou mais matrizes culturais diferentes, isto é, pela interação social entre grupos de culturas diferentes, de forma impositiva ou natural dando origem a uma nova cultura. A noção de aculturação associa-se também à de difusão, ou seja, a aquisição e a adoção, por uma sociedade, de um fato cultural característico de outra (PANOFF & PERRIN, 1973, p. 55).

Desde o ano de 2003, muitos pensadores fizeram reverberações acerca do ensino da História e das controversas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). No âmbito normativo, a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que estava à frente do governo nesse período. Nesse dado momento, ele alterou a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), instituindo a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, nas escolas de Educação Básica em todo território nacional. Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Conforme o exposto nos referidos artigos da lei supracitada, nota-se que esta faz parte do conjunto de ações afirmativas, que ascendeu após anos de luta, manifestos e reivindicações do Movimento Negro, para que o Estado brasileiro fosse capaz de corroborar a existência de preconceito racial e implementar políticas estrategistas para combatê-lo e, acima de tudo, desmistificar e/ou desconstruir a crença que existe a democracia racial.

A lei 10.639 (BRASIL, 2003) e seus desdobramentos legais representam progressos no currículo escolar brasileiro, alcançando todos os níveis e modalidades de ensino. Abarcam também grandes progressos dos movimentos sociais negros da contemporaneidade, que pautaram neste carecimento educativo em inúmeros debates políticos.

No próximo capítulo trabalharemos sobre a importância de se trabalhar com o lúdico na infância, considerando que o brincar está intrinsecamente relacionado a infância, fazendo parte do processo de formação das crianças. É muito relevante

observar os parâmetros de construção de identidade imbricados pela sociedade, presentes nos brinquedos, jogos e brincadeiras e mais especificamente nas bonecas

3. LUDICIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde a infância, as crianças estão muito perceptíveis ao que de fato é valorizado ou não pela sociedade, perfilhando com facilidade o fenótipo que agrada e aquele que não é tão “bem aceito”. O brinquedo em si tem uma função educacional primordial, abrangemos dizer que quando a criança inicia uma brincadeira, ela edifica um conceito acerca da diversidade étnica e pode divulgar costumes não preconceituosos e de aceitação de suas diferenças. De acordo com (CRUZ, 2011, p. 46) “os bonecos e bonecas podem parecer, a princípio, objetos inocentes destinados às crianças. Contudo, estão imersos nas relações de poder, apresentando discursos implícitos à sua materialidade do que é bom e agradável”. Assim, a oferta de bonecos na educação infantil que apresentam apenas um único tipo físico cultural, pode parecer um discurso preconceituoso implícito de hegemonia.

Desse modo, além das práticas cotidianas que desempenham sobre o combate do racismo e a discriminação, as autoras Marques e Jahnke (2011) chamam reflexão para os brinquedos, que na maioria das vezes, detêm um caráter que exclui, que vem desenvolvendo um modelo de cor, gênero e etnia, propagando um estereótipo padrão para a sociedade,

(...) desde muito cedo, a cultura da exclusão vem pegando carona e propagando nos brinquedos e se entranhando no imaginário infantil. A partir disso, as crianças vão estruturando a noção de que será mais fácil ter amigos para brincar, para rir, para entreter e para conversar quando seu corpo estiver “formatado” “padronizado”, “moldado” no modelo aceito como “bonito” pelo grupo ao qual ele pertence ou quer pertencer. Como consequência temos crianças que não só desejam ter a boneca Barbie, como também desejam “ser” como ela (MARQUES e JAHNKE, 2011, p. 125).

Assim, vai se percebendo as várias maneiras e possibilidades de exclusão, atuantes na sociedade e na escola. Nessa direção, é importante frisar que nos moldes da Educação Infantil é um espaço diversificado de culturas múltiplas de conteúdos que, de fato, precisa de um auxílio e planejamento flexível que se adeque as prioridades de cada criança. De acordo com Bujes, (2004),

É, portanto, a cultura que nos permite dar significado ao objeto brinquedo, atribuir-lhe um sentido. E a construção do seu significado se faz no espaço das práticas discursivas, da linguagem. As representações de brinquedo, preexistentes, num determinado universo cultural terão, entretanto, sobre crianças e adultos um forte papel modulador nos significados que estes mesmos sujeitos passam a atribuir a tais objetos (BUJES, 2004, p. 2011).

Para tanto, os brinquedos estão imersos no universo cultural que está coadunado às relações sociais, culturais e de poder, e sempre estarão no escopo das análises representativas de valores, que de uma forma, ou de outra, acabam dando abertura para serem formadoras de diversidade racial. Por isso, os brinquedos são transformadores e estão associados aos conteúdos emblemáticos daquilo que são representados por eles mesmos ou pela sociedade.

Outrossim, (BUJES, 2004, p. 206), corrobora que “(...) o brinquedo e de forma correlata as brincadeiras, enquanto manifestação de cultura vivida está envolvida no processo de produção e imposição de significados. Isto significa dizer que a cultura, está eivada de relações de poder que pretendem conduzir o processo de representação”. Diante do exposto o educador é a chave principal para identificar procedimentos para se adequar à nova conjuntura social que está compenetrado.

(...) a educação ainda continua gerando padrões de comportamento tendo como referência um sistema educacional que não leva o indivíduo a aprender a pensar para solucionar problemas, a questionar para compreender melhor, preferindo aceitar passivamente a autoridade e a ter “plena certeza” das coisas (ENRICONE; GRILLO, 2005, p. 26) grifo nosso.

Ademais, no Brasil, por possuir culturas múltiplas e mesmo que a educação ainda configure um dispositivo que auxilia no interesse das minorias, ela mostra o meio de sobressair que através de lutas sociais é plausível admitir uma ascensão “tímida” por partes daqueles que lutam e vociferam contra preconceitos, discriminações raciais e o papel do educador é formar cidadãos, capazes de ponderar acerca do desenvolvimento de construção social.

As bases curriculares projetam a criança como um “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva” (BRASIL, 2010, p.12).

Desde o prelúdio, crianças encontram-se imbuídas em um mundo cheio de denominações, e através de seu cenário vivenciado, formado por adultos, apropriam-se de informações que cooperam para a construção de sua identidade,

daí a lógica de engendrarem um senso de aceitação ou repulsa de características identitárias. Tal como pode-se compreender, de acordo as palavras Kuhlmann Jr,

As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural e histórico. As crianças buscam essa participação, apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento (KUHLMANN, p.31,1998).

Dessa forma, é muito importante propiciar à criança, desde cedo, experimentos que enalteçam a diversidade cultural, no propósito de apresentar-lhes as divergências entre os sujeitos, integrando as diferenças de características fenotípicas tais como: textura do cabelo e cor, de pele e/ou de olhos.

O que se percebe é que na maioria das vezes, os brinquedos superestimam perfis de bonecas de pele clara, cabelos loiros e lisos, olhos azuis ou verdes e isso pode, sim, interferir fisicamente, socialmente, moralmente e psicologicamente na construção da identidade, na autoafirmação e na autoimagem de uma criança que seja oposta do que lhe é oferecido em larga escala. Conforme Rocha (2008) afirma,

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógico que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo (ROCHA, 2008, p. 58).

Para Coelho (2008),

Ainda que a perspectiva e os procedimentos do professor possam ser considerados tradicionais, e inegável existência de certa coerência entre o conceito adotado de cidadania e a prática pedagógica. Uma vez que seu conceito informa uma concepção de cidadão ativo, capaz de situar-se diante de dificuldade, de formar opiniões próprias, de ler o mundo, de distinguir o “verdadeiro e o aparente”, sua prática pedagógica não se encaminha para a transmissão de regras e para o condicionamento de comportamento, mais para a construção de competências e a habilidade que permitam ler o mundo e interpretá-lo (COELHO, 2008, p. 103).

Todavia, o dever da escola é trazer meios de referências bibliográficas acerca de questões pautadas na etnia, proporcionar o tema para o debate em grupo de estudos e promover o surgimento de cursos para que os docentes, alunos, ou melhor, a comunidade escolar em geral, possa adentrar nas causas, atuações e

consequências da disseminação dos africanos pelo mundo e acercar-se da História da África antes da escravidão. Focalizando-se nas contribuições afrodescendentes para o progresso da humanidade.

4. METODOLOGIA

A investigação é de caráter qualitativo. Conforme Ludke e André (2013), na análise qualitativa os dados coletados são preponderantemente descritivos. A aceção que as pessoas dão às coisas e à sua vida são escopos de atenção especial pelo pesquisador, portanto:

[...] ganham força os estudos “qualitativos”, que englobam um conjunto heterogêneo de métodos, de técnicas e de análises, entre os quais estão os estudos antropológicos e etnográficos, as pesquisas participantes, os estudos de caso, a pesquisa-ação e as análises de discurso, de narrativas, de histórias de vida (ANDRÉ, 2006, p.16).

Como um dos métodos da pesquisa qualitativa temos o estudo de caso. Para tanto, por considerar a importância do estudo de caso nas pesquisas educacionais e a sua colaboração, enquanto metodologia, propomos, adotá-la neste trabalho.

A prática do estudo de caso vem sendo vista como um plano de pesquisa científica citada por pesquisadores e investigada continuamente no campo empresarial e governamental para avaliações de projetos e políticas, visando facilitar uma visão abrangente sobre um evento, dando às informações, análises densas para tomadas de decisão, reorientação de ações. Tem-se que:

A essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: porque elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado. (SCHARAMM,1971 apud YIN, 2005, p.25)

Também adotamos a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo pode ser designada um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011). Nessa direção, foi produzido um quadro de categorias (QUADRO 1), disposto no item 4.3

4.1. Caracterização dos sujeitos

Esta é uma pesquisa com profissionais da educação infantil, sendo três docentes, mulheres, funcionárias do Município de Areia/PB, de duas creches municipais. A pesquisa foi realizada entre os dias 19 de agosto a 23 de agosto de 2020. Na coleta de dados utilizamos o questionário semiestruturado com o intuito de identificar as opiniões dos participantes acerca do tema sugerido, e realizamos a mesma de forma remota, tomando como recurso o aplicativo do WhatsApp, pois estamos vivenciando a pandemia da COVID-19, onde estamos em quarentena.

O primeiro relato foi de uma professora (PROFESSORA 1), sua formação acadêmica é licenciatura em história desde o ano de 2005 e leciona há 25 (vinte e cinco) anos, porém na Educação Infantil faz 3 (três anos). À sua sala de aula é composta por 18 (dezoito) alunos, ela afirma que tem sido difícil trabalhar à distância, mas que tem se reinventado com videoaulas e, de antemão, ela prepara às aulas e os pais vão pegar na creche toda semana as atividades.

O segundo relato é de outra professora (PROFESSORA 2) da Educação Infantil com formação desde (2011) no curso de Letras, pela universidade Estadual do Vale do Acaraú, com pós-graduação em psicopedagogia concluída no ano de (2012) pela FIPE, além de ter o curso de Pedagogia concluído no ano de (2019) pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III – Guarabira. É professora da Educação Infantil e Fundamental há 23 anos. Ela atualmente ministra aulas da Educação Infantil na Creche da cidade de Areia-PB. À sua sala de aula é composta por 28 alunos.

O terceiro e último relato é de outra professora da Educação Infantil (PROFESSORA 3) com formação em Psicologia e com especialização em educação. É professora da Educação Infantil há 23 anos, atualmente ministra aulas da Educação Infantil na Creche da cidade de Areia-PB. Ela afirma que seu maior desafio é a falta de materiais. E nesse período de Pandemia ela costuma trabalhar com materiais que os alunos têm em casa.

4.2. Instrumentos da pesquisa

Segundo Sarmiento (2003) na abordagem etnográfica as entrevistas, reunidas à observação participante e à análise das informações dos documentos produzidos

pelos entrevistados, estão relacionadas com as metodologias de recolhimento, análise e maneira que conduzimos à informação. As entrevistas, de fato, enaltecem a verbalização do pensamento e interpretações sobre o tema abordado em questão. Elas podem ser um complementar da observação participante e não é possível desconsiderar as relações de poder que envolvem o investigador e os sujeitos indicando que o pesquisador tenha consciência disso. De acordo o autor, a entrevista:

Deve permitir a máxima espontaneidade, seguindo devagar as derivas da conversa e percorrendo com atenção os seus espaços de silêncio. As entrevistas podem ser uma oportunidade para os entrevistados se explicarem, falando de si, encontrando as razões e as sem-razões por que se age e vive. 'Uma escuta ativa e metódica' assim desenhada é, segundo Bourdieu, uma forma de 'exercício espiritual' (SARMENTO, 2003, p. 163 (grifo nosso)).

A pesquisa foi realizada através de entrevistas à distância – via WhatsApp. Houve certa dificuldade, porque alguns professores estavam adaptando-se ainda a este momento. O que percebi é que há, de fato, uma dificuldade gritante para as professoras darem aula mediante à Pandemia, pois há poucos recursos e estratégias combinadas, muitos alunos das escolas públicas sequer têm o “privilegio” de ter acesso à internet. Além do mais, não abrangem a todos os municípios uma estrutura tecnológica e nem todos os professores têm a formação propícia para dar aulas virtuais.

4.3. Análise e discussão dos dados

O quadro de categorias (QUADRO 1), a seguir, serviu de orientador nas análises dos dados coletados. O quadro é composto por Dimensões, Categorias e Unidade de sentido. Todos os itens do quadro surgiram a partir da leitura exaustiva das respostas das entrevistas e da categorização das mesmas.

O quadro 1 atende as orientações metodológicas da análise de conteúdo de Bardin (2011), explicitada no início deste capítulo. O quadro 1 traz duas dimensões, quatro categorias e oito unidades de sentido para análise de conteúdo desta pesquisa, que tem como objetivo geral compreender o espaço da Ludicidade no ensino e aprendizagem das temáticas étnico-raciais na educação infantil.

QUADRO 1: Análise de conteúdo

DIMENSÕES	CATEGORIAS	UNIDADES DE SENTIDO
1° PEDAGÓGICA	1° ABORDAGEM CURRICULAR	1° Importância do lúdico
		2° Multiculturalismo
2° FORMATIVA	1° AÇÕES ANTIRRACISTAS	1° Conhecimento sobre a lei 10.639/03
		2° Aplicabilidade da lei 10.639/03

Fonte: A autora (2020)

1° DIMENSÃO DE ANÁLISE: PEDAGÓGICA

Esta primeira dimensão tem uma categoria de análise: Abordagem Curricular. Passamos para a análise dessa categoria e de suas duas unidades de sentido.

1° Categoria de análise: Abordagens Curricular

A instituição escolar deve promover o acesso as diferentes visões de mundo, sem ter nenhum tipo de acepção, fazendo com que um aceite o outro, ausentando-se de qualquer tratamento distinto em busca de suplantar as diferenças já existentes na esfera escolar. Apreciar a cultura africana em todos seus aspectos, formas e sentidos, bem como, trabalhar e dar uma nova essência as datas significativas é uma das formas de desenvolver isto na sala de aula.

Para Candau (2008):

Estes processos se originam também no contexto escolar e as questões de discriminação e racismo assumem diversas manifestações. A interação entre os diferentes está muitas vezes marcada por situações de conflito, de negação e exclusão, que podem chegar a diversas formas de violência (CANDAU, 2008, p 31).

A seguir, a análise dos dados ocorre no contexto das unidades de sentido:

Importância do Lúdico e Multiculturalismo.

Percebe-se que a prática com o lúdico na Educação Infantil mostra um leque de possibilidades, pois trabalham com teatro, fantoche, músicas, contos, lendas e histórias. E assim desde cedo eles já desenvolvem essa parte ao combate ao racismo e preconceito. Para uma das entrevistadas:

O lúdico ajuda bastante e prende a atenção, porém depende de cada gestão saber ouvir, escutar, enfim. (PROFESSORA 1)

Trabalhar com a diversidade de culturas na Educação infantil possibilita a criança ter um aspecto do diferente como uma troca de bem-estar para os demais. As multiplicidades estão em todos os lugares, cabe aos docentes apresentarem-nas aos alunos e mostrarem que estas multiplicidades devem ser amparadas e suas diversas formas de ser devem ser apropriadas e respeitadas pela escola. Sobre a Multiculturalidade na escola, sabe-se que:

[...] o Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideais e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2004, p. 18).

Os documentos oficiais apontam que:

As instituições educativas têm uma função básica de socialização e, por esse motivo, têm sido sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças, ainda que não sejam considerados como conteúdo a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional (BRASIL, 1998, p. 51).

Buscando conhecimento acerca da multiplicidade cultural de nosso país, a diversidade no sistema educacional vem trazer à baila uma relação de respeito, conservação do direito de identidade para todos e todas, independente do eixo cultural, assim como, cultivar um relacionamento onde todos possam se permitir e valorizar as diferenças culturais coadunadas na sociedade Brasileira.

Constata-se que não é fácil trabalhar com o lúdico usando a temática étnico-racial, pois, uma vez que, para as crianças o assunto é pouco debatido. Fala-se em alguns momentos específicos e no decorrer do ano o assunto é esquecido. Então, segundo relatos obtidos:

Nós professores trabalhando com o lúdico num único dia torna-se uma coisa supérflua, pouco debatida e pouco demonstrada, uma vez que, deveria ser vivenciada no cotidiano escolar. (PROFESSORA 2)

O depoimento anterior revela que tornar mais constante a abordagem das temáticas por meio do lúdico, contribui para o respeito entre culturas díspares, e ajuda no combate ao preconceito nas escolas. Ou seja:

A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneidade e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (CANDAUI, 2003, p. 161).

A partir daqui segue temos a segunda dimensão de análise, cujo foco é a formação compreendida a partir das ações voltadas para o combate ao racismo.

2º DIMENSÃO DE ANÁLISE: FORMATIVA

Esta segunda dimensão tem uma categoria de análise: Ações Antirracistas. Passamos para a análise dessa categoria e de suas duas unidades de sentido.

1º Categoria de análise: Ações Antirracistas

O exemplo mais eficaz para combater preconceitos é não silenciar diante dos conflitos existentes no ambiente escolar, é promover uma Educação voltada e agregada à Diversidade, onde a valorização, a tolerância, a história, a representação e o respeito possam ser alcançados desde cedo. É neste cenário que se desvela a possibilidade de valorização e construção da identidade étnico-racial da criança negra, e isso só é possível quando a escola assume que deve praticar ações antirracistas. É por isso que:

Tratar de identidade racial, portanto, implica o respeito à diversidade cultural presente na sala de aula e no cotidiano das crianças em geral – e particularmente das crianças negras –, seja essa diversidade transmitida no meio familiar ou em comunidades religiosas de matrizes africanas. Os conteúdos escolares devem contemplar essa pluralidade, de forma a interferir positivamente na autoestima de todos os grupos. É sabido que boa parte das culturas negras no Brasil, assim como no continente africano, foi transmitida pela tradição oral. Afora essa forma de comunicação, outras linguagens estão presentes na identidade negra, como a valorização da corporeidade, da arte e da escrita (SÃO PAULO, 2008, p. 19).

A seguir, a análise dos dados ocorre no contexto das unidades de sentido:

Conhecimento sobre a lei 10.639/03 e Aplicabilidade da lei 10.639/03.

Sobre a Lei 10639/2003 uma docente diz que conhece:

É uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-brasileira já nas disciplinas do ensino médio. (PROFESSORA 3)

Ela acha que a lei deve, sim, ser mudada, devendo ser feriado justamente no dia 20/11, pois é um dia importante, especial, que deve ser comemorando com mais fervor. Assim, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) no seu vol. 2 (Formação Social e Pessoal):

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas. (...) Ao lado dessa atitude geral, podem-se criar situações de aprendizagem em que a questão da diversidade seja tema de conversa ou de trabalho (BRASIL, 1998, p. 41).

Em relação à Lei 10639/2003 a entrevistada (PROFESSORA 2) afirma:

[...] é uma lei de extrema importância que ressalta a história e vida da cultura negra na formação da sociedade brasileira. No meu ponto de vista não precisa mudar, apenas acrescentar pontos que pudesse trazer mais melhorias para a população afro-brasileira, porque até onde se tem conhecimento sobre o tema a lei trouxe ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que fazem parte da diversidade cultural. (PROFESSORA 2).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil corroboram isso quando falam que as características e peculiaridades dos povos devem ser

ajustadas nas instituições de educação infantil, onde os materiais e a prática escolar pedagógica não esqueçam as diferentes culturas, como o exemplo:

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (BRASIL, 2010, p. 21).

O Dia da Consciência Negra, o 20 de novembro, é uma homenagem aos quilombolas e ao Zumbi dos Palmares. É uma data importante que marca a luta contra o preconceito racial no Brasil e o apagamento da cultura afro-brasileira. Segundo a professora:

Nunca houve festividade em sua escola para o dia 20 de novembro, nem em outros momentos. E diz que a lei 13639/2003 é tão objetiva e clara que não é de acordo em alterá-la e nem a acrescentar, pois de fato, já se encontra nos livros e seu ensino é obrigatório. Ela afirma que é questão mais de consciência mesmo. (PROFESSORA 3)

Vários (as) docentes defendem que não se deveria lembrar de Zumbi dos Palmares apenas um único dia, mas o ano todo. Sendo o ensino da história e da cultura afro-brasileira efetivada de forma constante e como conteúdo a fazer parte das disciplinas presentes no conteúdo letivo.

Há muitos desafios mediante o período da Pandemia, principalmente pela questão de distanciamento entre o professor e aluno, falta de interesse de alguns pais em colaborar para o desempenho escolar mesmo que seja virtual, passar às informações coerentes que chegue até a criança de forma direta e clara, além das dificuldades de muitas crianças não possuírem acesso à tecnologia para acompanhar as aulas virtuais. (PROFESSORA 2)

Há também quem aponte a necessidade da maior efetivação da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) no sentido do currículo do ensino básico:

Para a efetivação do ensino da cultura afro-brasileira na Educação deveria ser mais cobrado na Educação Infantil e Fundamental I e II, tendo na grade curricular especificando um professor para ensinar a disciplina em questão para que, de fato, houvesse maior valorização, pois acredito que separando-a das demais disciplinas terá mais visibilidade. (PROFESSORA 1)

Desenvolver um processo de formação implica em estabelecer oportunidades e, de fato, uma efetivação no ensino da cultura afro-brasileira no Brasil, sob o esteio do aprimoramento, motivação e da valorização. Trabalhar com a temática obriga a romper discurso da democracia racial. De acordo a entrevistada:

[...] trabalho com essa temática desde cedo, mas não tem muitos recursos e materiais na escola para trabalhar com um projeto em si relacionado a diversidade afro-brasileira. No Dia da Consciência Negra nós professores apresentamos uma culminância mostrando os costumes da cultura, alimentos, o que herdamos deles, passando pelo período da escravidão até os dias atuais. (PROFESSORA 1)

O desígnio basilar é de propagar e produzir conhecimentos, como um meio de valorização e resgate da nossa história, tendo a escola como um lugar de formar cidadãos, requerer posturas de respeito, e costumes que consolidem a pluralidade étnico-racial. Com o intuito maior de sobrepujar a desigualdade étnico-racial, sabendo que a população brasileira é uma mistura de contribuições de várias etnias. Para tanto, a lei 10.639 visa a valorização e o vislumbre da população negra em nosso país.

Para tanto, esta pesquisa buscou compreender de que maneira funciona esse processo a partir de situações para que os educandos e educadores possam conhecer histórias, literaturas e culturas da população negra de uma forma lúdica e desmistificando o tema dentro do seu contexto real. A metodologia é o ato de prosseguir do pensamento e a prática estabelecida na abordagem da realidade educativa é para acercar-se aos objetivos. Em suma, é preciso de pressupostos que sejam desvelados e analisados, em que se dá visibilidade a todos.

Assim, podendo corroborar a veracidade e a credibilidade de estudo de caso através dos dados alcançados e verificar sobre quais são os conteúdos pedagógicos que possibilitam a vivência das questões que abordem o combate à discriminação racial no âmbito escolar, buscando eliminar os preconceitos, os estereótipos, estimulando a autoestima e a autoimagem positiva e, acima de tudo, promovendo à igualdade étnico-racial na Educação Infantil de maneira lúdica e leve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da análise e dos resultados ressaltamos o compromisso com a proposta de educação étnico-racial. Faz-se urgente a inserção da temática diante de um país plural. Cabe aos/as professores(as) uma construção fundamentada no reconhecimento dessa variedade, quanto por verificar que trabalhar o tema na Educação Infantil é presumível e que os resultados são satisfatórios.

Todavia, a educação étnico-racial é uma sugestão de educar de maneira que haja comprometimento e em formar cidadãos conscientes, justos e livres de preconceito e instruídos de conviver e relacionar-se de maneira equilibrada com os demais. A partir da pesquisa foi possível corroborar que trabalhar com este tema na Educação Infantil é imprescindível e de suma importância à medida que desde muito cedo os adultos transmitem para as crianças valores. A escola aparece como ~~para~~ uma nova esperança de correlacionar-se com a diversidade/multiplicidade étnico-racial e com a história e cultura africana e afro-brasileira.

Em suma, levar para as salas de aulas da Educação Infantil esta problemática, incorporando-a a partir da utilização de materiais sugestivos e atrativos de modo a vivificar o conteúdo e torna-lo mais interessante, tornará possível construir nas crianças, de maneira mais prazerosa, um posicionamento respeitoso no que refere-se a aceitação do outro – negro ou não negro. Contudo, aproximar as crianças do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil é essencial para o avanço do conhecimento, aprendizado e da valorização da herança e fortalecimento afro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: 2010, p. 12. Disponível em <[http:// ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf](http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf)>. Acesso em: 25/07/2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer n.º 3, de 10 de março de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção I, 22 de jun. 2003.

_____. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Brasília, 2004: **Conselho Nacional de Educação**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v. 2, 1998.

BUJES, M. **Crianças e brinquedo: Feitos um para o outro?** In: COSTA, M. (Org.) Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, p. 205-228, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane; **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo, Contexto, 2003.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: MAZZA, 2008. 126 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9.394, de 20.12.1996.

CRUZ, M.B. **Bonecas, Diversidade e Inclusão: Brincando com as Diferenças.** Rev. Psicopedagogia, 28(85):41-52, 2011.

ENRICONE, D.; GRILO, M. (Org.). **Educação Superior: vivências e visão de futuro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GODOY, Ana Boff de. **Identidade crioula: a (re) construção de um novo homem.** In: BERND, Zilá; LOPES, Cícero Galeno. Identidades e estéticas compósitas. Centro Universitário La Salle. Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS. Porto Alegre: 1989.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

JAHNKE, Simone Mundstock. MARQUES, Circe Mara. **Educação Infantil: projetando a ação educativa-** São Paulo: Paulinas, 2011.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, L. P. M. (2001). Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. **Narrativa, identidade e clínica** (pp. 56-71). Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA.

MOREIRA, A.F. & CANDAU, V.M. (2003). **Educação escolar e culturas: construindo caminhos.** *Revista Brasileira de Educação*, n.23, mai.-ago.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PANOFF, M. & PERRIN, M. 1973. **Dicionário de etnologia.** Lisboa: Edições 70.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. A Experiência com a Lei Nº10.639/03 CEFET-PA: Formação Inicial e Continuada. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade.** Belo Horizonte: MAZZA, 2008. 126 p.

APÊNDICES

Entrevistas com as Professoras

Quadro 1- Transcrição da 1ª entrevista

IDENTIFICAÇÃO: PROFESSORA 1	
PERFIL: Graduada no curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba desde 2005. Atua há 25 anos na Educação, porém na Educação Infantil faz 3 (três anos)	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- O que você acha que precisa ser mudado para que haja, de fato, uma efetivação no ensino da cultura afro-brasileira no Brasil?	Para a efetivação do ensino da cultura afro-brasileira na Educação Infantil deveria ser mais cobrado na Educação Infantil e Fundamental I e II.
2 – Para você como é trabalhar com o lúdico sobre as questões étnico-raciais na Educação Infantil?	Trabalhar com o lúdico na Educação Infantil mostra um leque de possibilidades, pois trabalham com teatro, fantoche, músicas, contos, lendas e histórias. E assim desde cedo eles já desenvolvem essa parte ao combate ao racismo e preconceito.
3 - No dia 20 de novembro à sua escola faz festividades sobre o Dia da Consciência Negra? É feito de qual maneira?	Os professores apresentam uma culminância mostrando os costumes da cultura, alimentos, o que herdamos deles, passando pelo período da escravidão até os dias atuais.
4 - A escola em que você trabalha realiza alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Trabalho com essa temática desde cedo, mas afirma que não tem muitos recursos e materiais na escola para trabalhar com um projeto em si relacionado a diversidade afro-brasileira
5 - Como se dá a abordagem nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	A didática dá-se através de contação de histórias, chamadas e que eles interagem bem na dinâmica. A docente ainda destaca acerca dos materiais que ela usa para abordar a temática diversidade étnico-racial são figuras, gravuras, utilizando colagem, emborrachados, lápis de pintar, dentre outros.

Quadro 2- Transcrição da 2ª entrevista

IDENTIFICAÇÃO: PROFESSORA 2	
PERFIL: Graduada no curso de Letras pela Universidade Estadual Vale do Jacaraú desde 2011. Com pós-graduação em psicopedagogia concluída no ano de (2012) pela FIPE, além de ter o curso de Pedagogia concluído no ano de (2019) pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III – Guarabira. É professora da Educação Infantil e Fundamental há 23 anos. Ela atualmente ministra aulas da Educação Infantil.	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- O que você acha que precisa ser mudado para que haja, de fato, uma efetivação no ensino da cultura afro-brasileira no Brasil?	Segundo Maria Sônia sobre a efetivação da cultura afro-brasileira não deveria ser lembrada em apenas um único dia, mas o ano todo sendo efetivado como conteúdo a fazer parte das disciplinas incorporado no conteúdo letivo.
2 – Para você como é trabalhar com o lúdico sobre as questões étnico-raciais na Educação Infantil?	Não é fácil trabalhar com o lúdico usando esse tema, pois, uma vez que, para as crianças o assunto é pouco debatido. Fala-se naquele dia específico e no decorrer do ano o assunto é esquecido, então “mesmo nós professores trabalhando com o lúdico num único dia torna-se uma coisa supérflua, pouco debatida e pouco demonstrada, uma vez que, deveria ser vivenciada no cotidiano escolar”.
3 - No dia 20 de novembro à sua escola faz festividades sobre o Dia da Consciência Negra? É feito de qual maneira?	No Dia da Consciência Negra tem aquele momento de culminância sobre o tema abordado, são usados alguns recursos como videoaulas, dramatizações, cartazes, aulas expositivas, mas “tudo por cima” que poderia ser algo mais trabalhado e debatido.
4 - A escola em que você trabalha realiza alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Não especificou, mas destaca a importância da Lei 10639/2003 diz que é uma lei de extrema importância e que ressalta a história e vida da cultura negra na formação da sociedade brasileira.
5 - Como se dá a abordagem nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	A abordagem dá-se através de recursos como videoaulas, dramatizações, cartazes, aulas expositivas.

Quadro 3- Transcrição da 3ª entrevista

IDENTIFICAÇÃO: PROFESSORA 3 PERFIL: Formação em Psicologia e com especialização em Educação. É professora da Educação Infantil há 23 anos.	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- O que você acha que precisa ser mudado para que haja, de fato, uma efetivação no ensino da cultura afro-brasileira no Brasil?	Em relação a valorização da cultura afro-brasileira ela diz ser importante, mas também seria interesse trabalhar com afincando todas as outras culturas dando exemplo da cultura oriental
	Em relação ao lúdico nas questões étnicas raciais trabalho com as próprias crianças mostrando os traços delas e exaltando-os e isso já as valorizam como pessoas, principalmente na questão da autoestima. Na sala de aula ela tem uma coleção de bonecas afrodescendentes e obras literárias infantis como <i>“Menina Bonita do Laço De Fita”</i> de Ana Maria Machado, <i>“Menino Marrom”</i> de Ziraldo e <i>“Que cabelo é esse”</i> de Bela.
3 - No dia 20 de novembro à sua escola faz festividades sobre o Dia da Consciência Negra? É feito de qual maneira?	Dia 20 de novembro é homenagem aos quilombolas e ao Zumbi dos Palmares, além de ser uma data importante que marca a luta contra o preconceito racial no Brasil, sendo assim, ela trabalha com essa temática recorrendo a imagens, pinturas e fotografias.
4- A escola em que você trabalha realiza alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Nunca houve festividade em sua escola para o dia 20 de novembro, nem em outros momentos. A lei 10639/2003 é tão objetiva e clara que não é de acordo em alterá-la e nem a acrescentar, pois de fato, já se encontra nos livros e seu ensino é obrigatório. Ela afirma que é questão mais de consciência mesmo.
5- Como se dá a abordagem nas aulas realizadas na Instituição onde você leciona?	Minha sala de aula é composta por 28 alunos. Tenho muitos desafios mediante o período da Pandemia, principalmente pela questão de distanciamento entre o professor e aluno, falta de interesse de alguns pais em colaborar para o desempenho escolar mesmo que seja virtual.